

## **O Mundo em Português N°1**

Outubro 1999

### **Restabelecer a Paz pela Força das Armas**

Maria do Rosário de Moraes Vaz

Sob fortíssima pressão e unanimidade sem precedentes da comunidade internacional, a Indonésia foi obrigada a aceitar a intervenção internacional em Timor. A Interfet não é uma força das Nações Unidas stricto sensu, mas uma força multinacional sob comando unificado, formada por dez a vinte países dispostos a suportar os custos da sua participação, e autorizada pelo Conselho de Segurança, tecnicamente a pedido da Indonésia. A latitude que o mandato confere à actuação das tropas, inclusive quanto ao emprego da força, depende, no plano militar, das rules of engagement negociadas entre o comando australiano e as restantes forças participantes e, politicamente, da determinação dos governos e do apoio público à intervenção.

À força multinacional compete restaurar a paz e a segurança em Timor Leste, proteger a UNAMET e auxiliar na medida do possível as operações humanitárias. Não é uma missão de manutenção da paz, que manifestamente não existe, mas de imposição da segurança. Restaurar a segurança significa proteger a população de Timor tanto de atrocidades futuras como do efeito das passadas. Durante duas semanas, pela acção de forças militares e paramilitares, a maioria da população de Timor Leste foi desalojada, expulsa, deportada, e o país destruído e saqueado. A fome e a doença são armas tão temíveis e tão letais como as balas. Se as operações de repatriação e de socorro, alimentar e médico, não forem rápidas e eficientes - e isso depende primordialmente das condições de segurança proporcionadas pela Interfet - o objectivo da «limpeza» maciça terá sido, pelo menos em parte, atingido.

Que perigos defronta a Interfet? O mais sério é a presença do exército indonésio, que constitui igualmente o maior perigo do ponto de vista da protecção dos civis. A situação ideal é a retirada total, e as tropas indonésias que ficarem devem ser postas efectivamente sob comando da Interfet. Em Timor Ocidental, há dezenas de milhares de «refugiados» reféns das milícias, inclusive em campos perto da fronteira, cuja situação só pode agravar-se pela presença de tropas indonésias retiradas de Timor Leste. Os chefes das milícias puseram a hipótese de um enclave integracionista em Timor Leste. As tentativas de o criar terão de ser contrariadas pelo dimensionamento e posicionamento da Interfet. O segundo risco é a acção terrorista das milícias quer contra soldados da Interfet quer continuando a fazer reféns e vítimas entre os civis. Desarmar as milícias é pois absolutamente indispensável. Não se exclui ainda o risco de minas antipessoal.

A Austrália assegura o grosso do contingente multinacional, em homens e meios militares. À excepção da Tailândia, os países asiáticos optaram por enviar tropas não combatentes. Alguns fizeram questão de sublinhar que participam a pedido expresso da Indonésia, caso da Malásia, que inicialmente se recusou a participar sob comando australiano e disponibilizou alguns oficiais, e Singapura, que manda tropas de engenharia e pessoal médico e de apoio. O Japão, cujo impedimento legal para enviar tropas para fora das suas fronteiras está em estudo, contribuirá para o financiamento da operação. Outros países da região enviam contingentes significativos: a Nova Zelândia, as Filipinas e a Tailândia (cujas forças incluem unidades de combate). A Coreia do Sul, como um batalhão de infantaria, envia pela primeira vez tropas de combate numa operação de paz.

Dos membros da União Europeia e da Nato, contribuem com efectivos a Itália, a

França, a Irlanda, o Reino Unido e o Canadá, e simbolicamente a Suécia e a Noruega. Os Estados Unidos fornecem pessoal e meios de apoio em comunicações, informações, logística e transporte. Dos membros permanentes do Conselho de Segurança, só a Rússia não participa. A China, normalmente hostil a operações, manifestou a intenção de enviar polícia. Dos membros não permanentes, a Argentina enviará militares, e o Brasil, que já mandou polícia militar, pondera o envio de tropas.

Ao comando australiano compete assegurar que a Interfet dispõe da configuração adequada -operações, logística, comunicações, informações, etc. - e compatibilizar as ofertas nacionais com as necessidades de composição da força. Susceptibilidades nacionais e regionais têm o seu peso, em que é determinante a probabilidade de confronto. As preferências nacionais por unidades de combate ou de apoio não dependem principalmente das disponibilidades militares, mas da imagem que os países querem dar, interna e internacionalmente, e perante o governo e as forças armadas indonésias. A Indonésia terá inclusivamente avisado os países a quem pediu contributos (Malásia, Singapura, Egipto, entre outros) do risco de confronto armado com elementos das milícias.

A planificação da missão foi cuidadosamente feita pelas Forças de Defesa Australianas, que estão preparadas para ficar o tempo que for preciso para garantir o seu sucesso. A Austrália considera que está em jogo um seu interesse vital, a paz e a segurança na região, e o seu forte empenhamento militar escora-se além disso num apoio público impressionante. A presença de forças de países do Conselho de Segurança (que deveria corresponder à responsabilidade especial que detêm pela paz e pela segurança mundial) e de vários países da União Europeia (que decidiu embargar por 4 meses as vendas de armas à Indonésia) sublinha que os europeus não defendem para o mundo princípios diferentes dos que praticam na Europa.

A participação de tropas portuguesas seria decerto bem acolhida pelos timorenses e incondicionalmente apoiada pelos portugueses, e Portugal pôs à disposição da Interfet cerca de mil homens. Perante a oposição da Indonésia, porém, devia (ou podia) Portugal ter forçado a inclusão do seu contingente, com risco de atrasar a anuência à entrada da força internacional? Prevaleceu, e bem, a consideração do objectivo da missão: pôr fim à violência, o mais depressa possível.

O empenhamento regional, maioritário na Interfet, é politicamente importante, pois sublinha a responsabilização dos principais interessados. A regionalização é uma tendência forte do actual sistema internacional de que a segurança não deve ser excluída.

Todas estas condições prenunciam o sucesso da missão, desde que a ligação entre pacificação e «segurança humanitária» seja efectivamente estabelecida.